



**3ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO E
COMPUGRAF SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS
CNPJ/MF Nº 19.902.012/0001-30
NIRE Nº 35.228.269.678**

**JUCESP PROTOCOLO
2.191.806/16-8**



Pelo presente instrumento particular de alteração e na melhor forma de c...

I. Adriana Offidani, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP nº. 148.593, inscrita no CPF/MF sob o nº. 185.076.888-96, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 23.144.771-1 SSP/SP, residente e domiciliada na Rua Nunes Garcia, nº. 101, Apartamento 81, Santana, São Paulo/SP, CEP: 02402-010;

II. Marcelo Tomaspolsky, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF/MF sob nº. 163.004.378-84, portador da Cédula de Identidade RG nº. 12.940.717-3 SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Dos Caetés, 239, Apartamento 81, Perdizes, São Paulo/SP, CEP: 05016-080.

III - BLUELIGHT CIRCLE CORPORATION, sociedade constituída em 17 de setembro de 2.014 e devidamente registrada junto ao Registro de Sociedades das Ilhas Virgens Britânicas nº. 1841539, existente de acordo com as Leis das Ilhas Virgens Britânicas, com sede em OMC Chambers, Wickhams Cay 1, Road Town, Tortola, Ilhas Virgens Britânicas, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.184.156/0001-02, neste ato representada por sua procuradora **Sra. CARLA PRADO DE ALMEIDA PAES MANSO**, brasileira, casada, advogada com registro na OAB/SP nº. 222.241, inscrita no CPF/MF sob o nº 293.429.718-73, Portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 26.479.103-4, residente e domiciliada na Rua Alphonsus de Guimaraens, 59, Apartamento 52, Santana, São Paulo/SP, CEP: 02404-030;

Na qualidade de sócios quotistas representando conjuntamente a totalidade do capital social **COMPUGRAF SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA**, sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com sede na Avenida Angélica, 2.330/2.346/2.364, 12º Andar, Conjunto 124, Sala 01, Consolação, São Paulo/SP, CEP: 01228-200, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 19.902.012/0001-30, com seu ato constitutivo arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, sob o NIRE nº 35.228.269.678, doravante denominada “Sociedade”, têm entre si deliberado, por unanimidade:

I – Retira-se da sociedade o sócio MARCELO TOMASPOLSKY, que cede e transfere suas quotas para a sócia remanescente **ADRIANA OFFIDANI**, na proporção e condições a seguir expostas:

- a) **MARCELO TOMASPOLSKY**, cede e transfere **32.895 (trinta e duas mil, oitocentas e noventa e cinco)** quotas sociais do capital social, no valor nominal de **R\$ 1,00 (um)** real cada uma a sócia remanescente **ADRIANA OFFIDANI**, passando esta a ser detentora de **76.500 (setenta e seis mil e quinhentas)** quotas do capital social e incorrendo em todos os direitos e obrigações correspondentes. Com este ato o sócio retirante e a sócia remanescente dão-se mutua e geral quitação, não tendo nada a reclamar, seja a que título for.

II – Em decorrência da alteração ocorrida no item “I” acima, resolvem os sócios alterar o “Caput” da Cláusula 4ª - Capital Social, passando a constar como:

**Cláusula 4ª
CAPITAL SOCIAL**

O capital social da Sociedade é de **R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta reais)**, dividido em **150.000 (cento e cinquenta mil)** quotas com valor nominal de **R\$ 1,00 (um real)** cada uma, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, e assim distribuídas entre os sócios:

Sócio	Nº de Quotas	%	Valor em R\$
ADRIANA OFFIDANI	76.500	51.00%	76.500,00
BLUELIGHT CIRCLE CORPORATION	73.500	49.00%	73.500,00
Total	150.000	100%	150.000,00

III – Em decorrência da saída do sócio administrador MARCELO TOMASPOLSKY, os sócios resolvem alterar o “Caput” da **Cláusula 5ª – Administração e Uso da Denominação Social**, passando a constar da seguinte forma:

Cláusula 5ª

ADMINISTRAÇÃO E USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

A administração da Sociedade será exercida pela sócia administradora, **ADRIANA OFFIDANI**, designada, administradora, a qual compete deliberar sobre a administração geral dos negócios da sociedade, representando-a ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, inclusive perante repartições públicas federais, estaduais, municipais, empresas estatais ou economia mista, empresas privadas nacionais e estrangeiras, praticando isoladamente, todos e quaisquer atos necessários ao bom funcionamento e à gestão dos negócios da sociedade.

IV – Em decorrência das resoluções acima e para evitar a fragmentação do Contrato Social em mais de um documento, os sócios resolvem, por unanimidade, consolidá-lo inteiramente, o qual passa a vigorar da seguinte forma:

**3ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
COMPUGRAF SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA
CNPJ/MF Nº 19.902.012/0001-30
NIRE Nº 35.228.269.678**

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes abaixo:

I. Adriana Offidani, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/SP nº. 148.593, inscrita no CPF/MF sob o nº. 185.076.888-96, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 23.144.771-1 SSP/SP, residente e domiciliada na Rua Nunes Garcia, nº. 101, Apartamento 81, Santana, São Paulo/SP, CEP: 02402-010;

II. BLUELIGHT CIRCLE CORPORATION, sociedade constituída em 17 de setembro de 2.014 e devidamente registrada junto ao Registro de Sociedades das Ilhas Virgens Britânicas nº. 1841539, existente de acordo com as Leis das Ilhas Virgens Britânicas, com sede em OMC Chambers, Wickhams Cay 1, Road Town, Tortola, Ilhas Virgens Britânicas, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.184.156/0001-02, neste ato representada por sua procuradora **Sra. CARLA PRADO DE ALMEIDA PAES MANSO**, brasileira, casada, advogada com registro na OAB/SP nº. 222.241, inscrita no CPF/MF sob o nº 293.429.718-73, Portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 26.479.103-4, residente e domiciliada na Rua Alphonsus de Guimaraens, 59, Apartamento 52, Santana, São Paulo/SP, CEP: 02404-030;

Cláusula 1ª

DENOMINAÇÃO, SEDE E FORO

A Sociedade girará sob a denominação social de **COMPUGRAF SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA** e terá sua sede, foro e administração na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com sede na Avenida Angélica, 2.330/2.346/2.364, 12º Andar, Conjunto 124, Sala 01, Bairro Consolação, CEP: 01228-200, e filial localizada no seguinte endereço:

- a) Rua Da Consolação, 1.681, Conjunto 83, Sala 01, Bairro Consolação, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 01301-100;

Parágrafo Primeiro – A Sociedade mediante deliberação de sócios representando a maioria do capital social, poderá abrir, transferir ou encerrar filiais, agências escritórios em qualquer parte do país.

Cláusula 2ª

DO PRAZO DE DURAÇÃO

A sociedade tem duração por prazo indeterminado, tendo iniciado suas atividades em 28 de Janeiro de 2.014.

Cláusula 3ª

DO OBJETO SOCIAL

A Sociedade tem por objeto social as seguintes atividades:

- (i) Comércio, importação e exportação de sistemas de computação e de telecomunicações em geral;
- (ii) Distribuição de programas de computador ("software");
- (iii) Desenvolvimento e produção de programa de computador ("software");
- (iv) Assessoria e consultoria em geral;
- (v) Ministrar treinamentos; e

- (vi) A participação em outras sociedades na qualidade de sócia, acionista ou quotista;
- (vii) Locação de Equipamentos e Infra-Estrutura;
- (viii) Comércio Varejista de Artigos Usados.

Cláusula 4ª CAPITAL SOCIAL

O capital social da Sociedade é de **R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta reais)**, dividido em **150.000 (cento e cinquenta mil)** quotas com valor nominal de **R\$ 1,00 (um real)** cada uma, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, e assim distribuídas entre os sócios:

Sócio	Nº de Quotas	%	Valor em R\$
ADRIANA OFFIDANI	76.500	51.00%	76.500,00
BLUELIGHT CIRCLE CORPORATION	73.500	49.00%	73.500,00
Total	150.000	100%	150.000,00

Parágrafo 1º – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Parágrafo 2º – As quotas são indivisíveis em relação à sociedade e cada quota confere ao seu titular o direito a um voto nas deliberações dos sócios.

Parágrafo 3º - Exceto se de outra forma for exigido por lei ou disposto neste Contrato Social, as deliberações dos sócios serão tomadas por sócio (s) representando a maioria do capital social.

Parágrafo 4º– As quotas do capital social não poderão ser empenhadas ou oneradas por qualquer sócio sem a prévia e expressa anuência, por escrito, de sócio (s) representando a maioria do capital social. Qualquer transação efetuada com violação deste dispositivo será ineficaz perante a Sociedade.

Cláusula 5ª ADMINISTRAÇÃO E USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

A administração da Sociedade será exercida pela sócia administradora, **ADRIANA OFFIDANI**, designada, administradora, a qual compete deliberar sobre a administração geral dos negócios da sociedade, representando-a ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, inclusive perante repartições públicas federais, estaduais, municipais, empresas estatais ou economia mista, empresas privadas nacionais e estrangeiras, praticando isoladamente, todos e quaisquer atos necessários ao bom funcionamento e à gestão dos negócios da sociedade.

Parágrafo 1º – O administrador será responsável pela representação da Sociedade, em juízo e fora dele, assim como pela administração geral de seus negócios e o desempenho de todas as medidas administrativas necessárias ou recomendáveis ao cumprimento do objeto social.

Parágrafo 2º – A validade dos atos abaixo mencionados requer a aprovação prévia e expressa, por escrito, de sócio (s) representando a maioria do capital social do capital social.

- (a) aquisição ou alienação de participações em outras sociedades e empreendimentos;
- (b) alienação ou oneração, por qualquer forma, de bens imóveis da sociedade;
- (c) aquisição de bens móveis ou imóveis;
- (d) concessão e obtenção de empréstimos;
- (e) Pedido de recuperação judicial, homologação de recuperação extrajudicial ou início dos contatos com os credores para ingresso do pedido de recuperação judicial ou para estruturação da recuperação extrajudicial, nos termos da Lei 11.101, de 09/02/2005.

Parágrafo 3º – A Sociedade poderá constituir procuradores para representá-la em atos específicos a serem indicados no respectivo instrumento de mandato, que terá vigência por prazo indeterminado, inclusive as procurações com poderes *ad judicium*.

Parágrafo 4º – O administrador é expressamente proibido de praticar qualquer ato ou obrigações referentes aos negócios e transações sem relação com o objeto social da Sociedade. Qualquer ato ou obrigação assumida em violação a este Contrato Social e/ou a qualquer deliberação dos sócios será considerada nula.

Cláusula 6ª
REUNIÃO DOS SÓCIOS

As deliberações sociais serão tomadas em Reuniões dos Sócios, de acordo com os termos e condições prescritos na Lei aplicável, pelo voto do sócio ou sócios que representarem pelo menos $\frac{3}{4}$ (três quartos) do capital social, salvo se de outra forma previsto em Lei, no presente Contrato Social ou em eventuais acordos de quotistas arquivados na sede da Sociedade.

Parágrafo 1º - As Reuniões dos Sócios serão convocadas pelo Administrador e, nos casos previstos em lei, pelos sócios, através de carta registrada, fax ou aviso entregue pessoalmente, contra recibo, a todos os sócios, com a antecedência mínima de 8 (oito) dias. Considerar-se-á dispensada a convocação quando todos os sócios comparecerem à Reunião ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e Ordem do Dia.

Parágrafo 2º - Um sócio poderá fazer-se representar nas Reuniões dos Sócios por outro sócio ou por advogado, mediante outorga de procuração, com especificação dos atos autorizados, devendo a procuração ser levada a registro juntamente com a ata.

Parágrafo 3º - Será realizada uma Reunião de Sócios anual, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, a fim de:

- (i) aprovar as contas do Administrador e deliberar sobre o balanço patrimonial da Sociedade e seus resultados financeiros;
- (ii) eleger os Diretores, quando necessário, quando for o caso; e
- (iii) deliberar qualquer outra matéria constante da ordem do dia.

Cláusula 7ª
EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DESTINAÇÃO DO LUCRO

O exercício social encerra-se em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as Demonstrações Financeiras previstas em lei, as quais serão submetidas à apreciação dos sócios. O lucro então verificado terá a destinação determinada por sócio (s) representando a maioria do capital social.

Parágrafo Único - A sociedade poderá levantar balanços semestrais ou de períodos inferiores, para fins de apuração e destinação do resultado do período neles compreendido, podendo eventual lucro, por deliberação de sócios representando a maioria do capital social, ser distribuídos aos sócios.

Cláusula 8ª
CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

A transferência ou a alienação, no todo ou em parte, de quotas do capital social entre os sócios dependerá do consentimento prévio e expresso, por escrito, de sócio (s) representando a maioria do capital social, com exceção da transferência de quotas para liquidação de dívidas entre sócios, que poderá ser feita livremente.

Parágrafo 1º - A transferência ou a alienação, no todo ou em parte, de quotas do capital social para terceiros, dependerá do consentimento prévio e expresso, por escrito, dos demais sócios, que terão direito de preferência para sua aquisição.

Cláusula 9ª
LIQUIDAÇÃO E DISSOLUÇÃO

A Sociedade não se dissolverá pela dissolução, falência ou liquidação de qualquer sócio pessoa jurídica, nem de morte ou insolvência de qualquer sócio pessoa física, mas continuará com o sócio remanescente, o qual adquirirá as quotas detidas pelo sócio dissolvido, liquidado, falecido, ou falido, conforme o caso, pelo respectivo valor nominal das quotas.

Parágrafo 1º - As quotas dos herdeiros do cônjuge de sócio ou cônjuge que se separou judicialmente ou se divorciou serão adquiridas pelos sócios, na proporção de sua participação no capital social, pelo valor nominal das referidas quotas.

Parágrafo 2º - A Sociedade será liquidada nos casos previstos em Lei, e os sócios estabelecerão a forma de liquidação e indicarão o liquidante.

Cláusula 10ª
EXCLUSÃO DE SÓCIOS

Por deliberação dos sócios representando a maioria do capital social, tomada em reunião especialmente convocada para esse fim, o sócio que cometer falta grave poderá ser excluído da sociedade, por justa causa. Entender-se-á por falta grave qualquer atitude que venha a atrapalhar o bom andamento dos negócios sociais. O sócio que cometer falta grave deverá ser notificado com antecedência de, no mínimo, 8 (oito) dias da data da realização da reunião, para permitir o seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

Parágrafo Único - Uma vez aprovada a exclusão do sócio que cometer falta grave, suas quotas serão adquiridas pelos sócios, na proporção de sua participação no capital social, pelo valor nominal das referidas quotas.

Cláusula 11ª
FORO

A Sociedade será regulada pelo presente Contrato Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. O fórum da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, fica aqui eleito como o único competente para dirimir quaisquer disputas ou controvérsias decorrentes deste Contrato, por mais privilegiado que qualquer outro seja.

Parágrafo Único - O administrador declara, sob as penas da lei, que não está impedido, por lei estadual, de exercer atividades mercantis, nem foi condenado ou está sob os efeitos de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

E, por estarem assim justos e contratados, os sócios assinam o presente instrumento em 3 (três) vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

São Paulo, 26 de outubro de 2016.



ADRIANA OFFIDANI


MARCELO TOMASPOLSKY


BLUELIGHT CIRCLE CORPORATION
P.P. Carla Prado de Almeida Paes Manso

Testemunhas:

1. 
Nome: Elisa Mitsuko Kuradomi
RG: 18.978.237-7
CPF/MF: 126.945.868-05

2. 
Nome: Marcia Sandra Perrotti Barbosa Raimundo
RG: 22.943.828-3
CPF/MF: 132.466.658-77

